Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): Como as Principais Universidades da Grande Florianópolis Estão Preparando os Acadêmicos Para a Era Digital da Contabilidade?



Alfredo Lohn Braun [1]; Kleber Martins [2]; Tamiris Cristina Schutz [3]; [4]Scheyla Schlemper.

[1]Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; [2]Centro Universitário Municipal de São José – USJ; [3] Centro Universitário Municipal de São José – USJ; [4] Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

Resumo

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), representa uma inovação digital no campo da contabilidade, cujo objetivo é de informatizar a relação entre fisco e os contribuintes, através da integração das informações das administrações tributárias federal, estadual e municipal, ou seja, a modernização do cumprimento das obrigações acessórias. Também apresenta o processo de conversão as normas internacionais de contabilidade, que trouxe grandes mudanças nos aspectos legais, operacionais e profissionais. Diante do exposto, objetivo deste estudo é identificar, de que forma as principais universidades da Grande Florianópolis estão preparando os acadêmicos para a era digital da contabilidade. A metodologia utilizada foi de natureza básica e descritiva, com uma abordagem quantitativa de análise dos dados, apoiada em uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de fundamentar o tema abordado. Os resultados obtidos demonstram que mesmo com a maior parte das universidades da Grande Florianópolis terem alguma disciplina que envolva a contabilidade digital, ainda é deficitário o investimento nesta área, visto que na contabilidade comercial, todas as obrigações acessórias estão convergindo para meios digitais.

Palavras- chave: Contabilidade digital. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Obrigações acessórias.

Abstract

The Public Digital Bookkeeping System, is a digital innovation in the field of accounting, whose purpose is to computerize the relationship between tax authorities and taxpayers, through the integration of information in tax federal government, state and local, that is, the modernization the compliance of ancillary obligations. It also presents the process of conversion to international accounting standards, which brought major changes in the legal, operational and professional. Given the above, aim of this study is to identify how the leading universities in Florianópolis are preparing students for the digital accounting was. The methodology used was basic and descriptive with a quantitative approach to data analysis, based on a literature search, in order to support the theme addressed. The results show that even with most of Florianópolis universities have some discipline involving the digital accounting, is still loss-making investment in this area, as in business accounting, all ancillary obligations are converging on digital media.

Keywords: Digital Accounting. Public Digital Bookkeeping System (SPED). Accessory obligations.

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos, houve a necessidade de um melhor controle e fiscalização, objetivando aumentar a confiança nas operações realizadas pelas empresas. Ainda assim, com este avanço, as empresas continuavam sem uma fiscalização mais abrangente, que evitasse, em primeiro momento, erros na construção das informações, a sonegação e outros crimes tributários. Neste contexto concebeu-se o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Apesar de a contabilidade ter evoluído lentamente no século passado, ela foi se adaptando com os sistemas mecanizados, principalmente após o surgimento das primeiras máquinas industriais. Nas últimas trinta décadas, o processo manual foi sendo substituído pelo mecânico e logo em seguida pelo eletrônico. Para Druker (2000, p. 1)

> [...] após a segunda metade do século XX, um novo cenário é vislumbrado com o advento da informática, quando a tecnologia passou também a ser utilizada no sentido de aumentar a capacidade mental dos recursos humanos segunda metade do século passado, passando a ser compreendido após uma interação entre as diversas áreas do conhecimento, quando o intercâmbio das ciências exatas e humanas se traduziu em benefícios ao processo de inovação.

No Brasil, o Governo Federal, em 2007, implantou o SPED, que se divide em vários subsistemas, visando proporcionar uma maior interatividade e agilidade no processo de transmissão das informações aos órgãos competentes.

No Decreto nº. 6.022/07 que o implementou, descreve que:

> Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Com esse panorama, a contabilidade adaptou-se à era digital, exigindo de seus profissionais, maior interação com os profissionais de tecnologia da informação(TI), onde além de contabilizar, o profissional precisa estar familiarizado com as ferramentas tecnológicas, afim de efetuar a entrega, conferencia e análise dos dados que compõe as obrigações assessórias das empresas.

Diante do exposto esta pesquisa tem como proposito responder a seguinte pergunta da pesquisa: De que forma as principais universidades da Grande Florianópolis estão preparando os acadêmicos para a era digital da contabilidade?

Considerando o contexto para o exercício da profissão, o presente trabalho tem a perspectiva de identificar, tomando por amostra as ementas dos cursos de Ciências Contábeis das principais universidades da Grande Florianópolis, como as disciplinas contidas nas grades dos cursos contemplam estas áreas de tecnologia e inovação.

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto apresentou-se a fragmentação em três objetivos específicos: a) identificar as principais universidades que ofertam a graduação em Ciências Contábeis; b) analisar as grades dos cursos; c) observar como as instituições de ensino estão preparando os acadêmicos para a era digital da contabilidade.

1. REVISÃO DE LITERATURA

Com o objetivo de introduzir o tema abordado, traz-se uma revisão da literatura na área, a fim de familiarizar o leitor, com os objetivos desta pesquisa. A seguir, teremos um breve histórico sobre a história da contabilidade, sobre as obrigações assessórias, e o sistema SPED.

2.1. A história da contabilidade no Brasil

Tendo sua origem na época do Brasil colônia, a contabilidade se fez necessária para gerir os recursos enviados à Portugal, e atender as demandas alfandegárias e dos impostos cobrados pelo império.

Segundo Reis e Silva (2007), observa-se que na época colonial até o império, o Brasil sofreu algumas influências de Portugal. As medidas que foram criadas na metrópole, posteriormente, eram adotadas na colônia, como por exemplo, a utilização do método das partidas dobradas. A evolução da contabilidade na época estava ligada diretamente a criação das aulas de comércio.

Com o desenvolvimento dos negócios e dos órgãos públicos, surgiu à necessidade de um profissional de contabilidade, e as escriturações destas contas só deviam ser feitas por quem estudasse comércio, porém este estudo só foi realmente estruturado após quase cem anos e foi somente em 1902 que foi fundada a escola de prática de comércio, formando profissionais voltados para a área contábil.

Somente em 1946, com a publicação do Decreto-Lei nº 9.295, foi criado o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, de acordo com o que preceitua a referida legislação.

Segundo Marion (2008, p. 26):

> A contabilidade é um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a torna obrigatória para maioria das empresas.

Independente da época, sempre houve a necessidade se obter informações úteis, e atualmente, a contabilidade tem um papel de suma importância para o avanço da economia. Manter-se atualizada é imprescindível para o sucesso e sobrevivência das empresas, tendo se tornado uma ciência social esculpida conforme a necessidade do próprio homem.

O desenvolvimento da contabilidade tem ligação direta com a sociedade e suas peculiaridades, do empirismo à revolução da tecnologia da informação e continuará neste procedimento a serviço da sociedade.

Atualmente, a contabilidade aliada à tecnologia da informação, atravessando a fase do papel para a fase de transmissão digital, proporciona uma maior velocidade de envio, segurança, compartilhamento e confiabilidade dos dados, e toda esta modernização, no entanto, era impedida pela falta de padronização das informações solicitadas, uma vez que as várias declarações eram solicitadas em linguagens diversas pelo governo federal, estadual e municipal. (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Portanto, “o grande desafio é processar os dados empresariais gerando informações tributárias e contábeis com a velocidade e a qualidade requeridas pelo fisco; sendo assim, o velho modelo de troca de dados entre empresas e organizações contábeis apresenta sinais claros de obsolescência” (Duarte, 2013).

Neste contexto, estamos em uma era onde acompanhamos a mudança da escrituração contábil para escrituração contábil digital.

2.2. Obrigações acessórias

Obrigação é a relação jurídica que estabelece entre um sujeito ativo, que pode exigir de um sujeito passivo uma prestação de caráter patrimonial, em virtude de uma causa que pode ser a vontade da parte ou a vontade da lei.

> A obrigação cuja causa é a vontade das partes é a de direito privado. Já a que surge por determinação legal é de direito público. A obrigação tributária tem como causa a lei (ex lege). A obrigação tributária nasce com a ocorrência do fato gerador, estabelecendo uma relação jurídica que vincula o sujeito ativo (Estado), que pode

> exigir do sujeito passivo (particular) uma prestação patrimonial (dinheiro), em virtude da vontade da lei que institui o tributo. (FABRETTI e FABRETTI, 2005, p.81).

Rocha (2009) declara que as obrigações acessórias são dispositivos que contribuem para administração tributária, indispensável para a apuração, fiscalização e arrecadação de tributos. Essas medidas são amparadas por pelo princípio de legalidade, e somente podem ser instituídas ou reguladas por lei.

Então uma obrigação acessória não é necessariamente implicada no pagamento de tributos, e sim um meio de controlar a forma pelo qual foi determinado o montante do tributo e o descumprimento dessa obrigação pode gerar multas.

O SPED moderniza a sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se a certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital. (BRASIL, 2010).

No entendimento de Britz, Santana e Lunkes (2010), os benefícios do SPED são a escusa de arquivos de papel, redução de custos com arquivos físicos, facilidade na entrega de obrigações acessórias, padronização dos dados informados pelos contribuintes dos diferentes estados brasileiros, qualificação da fiscalização por parte das gestões tributárias, além da diminuição de custos para os órgãos governamentais.

Sendo assim, a obrigação acessória representa e caracteriza o dever administrativo, isto é, um meio indicado a fiscalizar a execução da obrigação tributária de exigência do tributo.

2.3. Sistema Escrituração Digital (SPED)

A origem do projeto do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED proporciona soluções para atender três esferas do Governo Federal, Estadual e Municipal, possibilitando a integração administrativa e uma fiscalização mais eficaz, pois possibilita "[...] maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações [...]" (RECEITA FEDERAL, 2015).

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o SPED participa do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e implementou mais um avanço na informatização da conexão entre o fisco e os contribuintes.

O SPED, em conformidade com o Decreto nº. 6.022/07 que o implementou:

> Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Destaca Young (2009) que, com a criação do SPED o Governo tem maior domínio e desenvoltura na fiscalização das informações contábeis e fiscais das empresas por meio de distribuição de arquivos eletrônicos.

Conforme a Receita Federal, o SPED iniciou-se com três subprojetos: Escrituração Contábil Digital – ECD, Escrituração Fiscal Digital – EFD e Nota Fiscal Eletrônica em Ambiente Nacional.

Desta forma, o SPED resulta em uma solução tecnológica, substituindo os desempenhos mecânicos, oficializando os arquivos digitais dentro de um modelo específico, com a finalidade de reduzir a complexidade. O SPED revolucionou a sistemática no desempenho das obrigações acessórias pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos competentes.

2.3.1. Módulos do Sistema SPED

Segundo o Portal do SPED(2016), no sítio da Receita Federal do Brasil, o Sistema SPED, atualmente é dividido em 12 módulos distintos, com funções específicas para os fins que se destinam, como segue abaixo:

a. CT-e

Podemos conceituar o CT-e como um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.

b. ECD

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir em versão digital.

c. ECF

A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano-calendário 2014, com entrega prevista para o último dia útil do mês de junho do ano posterior ao do período da escrituração no ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). Portanto, a DIPJ está extinta a partir do ano-calendário 2014.

d. EFD Contribuições

A EFD-Contribuições trata de arquivo digital instituído no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo.

e. EFD ICMS IPI

A Escrituração Fiscal Digital - EFD é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte em relação ao ICMS e o IPI.

f. EFD Reinf

A EFD-Reinf abarca todas as retenções do contribuinte sem relação com o trabalho, bem como as informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas. A nova escrituração substituirá as informações contidas em outras obrigações acessórias, tais como o módulo da EFD-Contribuições que apura a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).

g. E-financeira

A e-Financeira é um conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações financeiras.

Foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 1571, de 02 de julho de 2015 que disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações financeiras de interesse da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

h. E-social

O e-Social é um projeto do governo federal e um instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo um ambiente nacional.

i. MDF-e

Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, para vincular os documentos fiscais transportados na unidade de carga utilizada, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pelo Ambiente Autorizador.

j. NFC-e

A Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e – é um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar as operações comerciais de venda presencial ou venda para entrega em domicílio a consumidor final (pessoa física ou jurídica) em operação interna e sem geração de crédito de ICMS ao adquirente.

k. NF-e

O Projeto NF-e teve como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, identificado pelo modelo 55, visando a substituir a sistemática de emissão do documento fiscal em papel, modelos 1 e 1A, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do emitente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

l. NFS-e

A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é um documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente em Ambiente Nacional pela RFB, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada, para documentar as operações de prestação de serviços.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, busca-se demostrar as técnicas metodológicas aplicadas para o desenvolvimento do estudo.

Para atingir os objetivos do estudo, utilizou-se uma pesquisa de natureza básica e descritiva, com abordagem quantitativa, apoiada em uma pesquisa bibliográfica. Para Moresi(2003, p.8), “pesquisa básica, objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”.

Quanto a sua abordagem a pesquisa é classificada como quantitativa que segundo Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p. 6), “tudo que pode ser mensurado em números, classificado e analisado utilizando-se de técnicas estatísticas”.

A pesquisa se classifica como descritiva, por discorrer acerca dos conteúdos das disciplinas ministradas nos cursos de contabilidade, nas instituições de ensino da grande Florianópolis, relacionadas à temática contabilidade digital.

Para Gil (2008, p. 46), esse tipo de pesquisa tem como objetivo “[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de ralações entre variáveis”.

Nos procedimentos, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica, ou seja, responder o objetivo com base em relatórios técnicos, demonstrando a opinião de vários autores, livros, dissertações e internet.

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2008, p.65)

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa documental nas grades curriculares e ementas dos cursos de Ciências Contábeis das principais universidades da Grande Florianópolis.

A seguir, resumidamente, serão apresentadas as principais instituições de ensino, que ofertam o curso de Ciências Contábeis na região da Grande Florianópolis, informações estas retiradas diretamente do site de cada instituição.

Tabela 01: Universidades Estudadas

Instituição	Natureza	Modalidade
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	Publica/Federal	Presencial/EAD
USJ- Centro Universitário de São José	Publica/Municipal	Presencial

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí	Particular/comunitária	Presencial/EAD
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina	Particular/comunitária	Presencial/EAD
ESTÁCIO - Universidade Estácio de Sá	Particular/privada	Presencial/EAD
ANHANGUERA - Faculdade Anhanguera	Particular/privada	Presencial/EAD
UNISOCIESC - Universidade Sociedade Educacional de Santa Catarina	Particular/privada	Presencial/EAD
FBM -Faculdade Borges de Mendonça	Particular/privada	Presencial
UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo Da Vinci	Particular/privada	Presencial/EAD
IES - Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis	Particular/privada	Presencial/EAD

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS DE VOLTADAS PARA A CONTABILIDADE DIGITAL

Após análise da grade curricular das 10 principais universidades que ofertam a graduação em Ciências Contábeis na Grande Florianópolis, foi elaborado o quadro a seguir:

Quadro 01: Identificação das disciplinas de contabilidade digital

Instituição	**Modalidade da Graduação em Ciências Contábeis**	**Possui Disciplina que envolva contabilidade digital?**	**Quantas Disciplinas que envolvem contabilidade digital?**
UFSC	Presencial	Sim	2
USJ	Presencial	Sim	1
UNIVALI	Presencial	Sim	1
UNISUL	Presencial/EAD	Sim	2
ESTÁCIO	Presencial	Sim	2
ANHANGUERA	Presencial/EAD	Sim	1
UNISOCIESC	Presencial	Sim	1
BORGES DE MENDONÇA	Presencial	Sim	1
UNIASSELVI	Presencial/EAD	Sim	3

IES	Presencial/EAD	Não	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a grade curricular, e as ementas de cada curso, constatou-se que 90% das graduações em Ciências Contábeis, possuem alguma disciplina relacionada ao tema contabilidade digital, apresentando em sua ementa, elementos relacionados ao conhecimento para a elaboração de contabilidade por meios digitais, atendendo de alguma forma às necessidades das obrigações acessórias do SPED como pode ser demonstrado abaixo:

Quadro 02: Identificação das ementas.

Instituição	Disciplina	Ementa
UFSC	Laboratório de Prática Contábil	Práticas Contábeis em Laboratório.
	Sistemas de Informação Contábil	Práticas com sistemas contábeis.
USJ	Contabilidade V – Laboratório Contábil	Lançamentos contábeis/fiscais/folha de pagamento; Demonstrações contábeis; Notas explicativas.
UNIVALI	**Sistemas de Informações Gerenciais**	Sistemas de informações gerenciais; Sistemas de custeio.
UNISUL	Contabilidade Financeira e Patrimonial	Contabilidade Comercial: Operações Avançadas, Operações Comerciais; Escritório de Práticas da Contabilidade Financeira.
	Controladoria	Contabilidade Estratégica; Escritório de Práticas da Contabilidade Gerencia
ESTÁCIO	Prática Contábil Informatizada I	Práticas contábeis informatizadas.
	Prática Contábil Informatizada II	Práticas contábeis informatizadas.
ANHANGUERA	Laboratório de Gestão Contábil	Plano de contas; Controles Internos; Lançamentos contábeis; Impostos; Folha de Pagamento; Livros Fiscais; Encerramentos das Contas e Apuração dos Resultados; Análise das demonstrações contábeis; Utilização de software de contabilidade para a disciplina.
UNISOCIESC	Sistemas Contábeis em Laboratório	Softwares de contabilidade; Cadastramento de empresas; Definição do Plano de contas; Históricos padrões, Centro de custos; Sistema contábil: lançamentos em 1ª, 2ª, 3ª e 4ª fórmulas, conciliação, balancete de verificação, razão, diário, encerramento das contas de resultado, demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstração do resultado
BORGES DE MENDONÇA	Aplicativos Gerenciais e Contábeis	Atividades práticas com sistemas gerenciais e contábeis.

UNIASSELVI	Prática Contábil em Laboratório I	Práticas contábeis informatizadas.
	Prática Contábil em Laboratório II	Práticas contábeis informatizadas.
	Prática Contábil em Laboratório III	Práticas contábeis informatizadas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre as 10 universidades estudadas, destacam-se duas, UFSC, UNISUL, Estácio e UNIASSELVI, que apresentam duas ou mais disciplinas que envolvam a contabilidade digital, estando assim concatenadas às demandas do mercado e as inovações inerentes a prática da contabilidade comercial.

Um aspecto importante, é que não foi localizada nas ementas, nenhuma informação acerca do uso ou do treinamento voltado para o sistema SPED, que de alguma forma, esta interligado com praticamente todos os setores da contabilidade comercial.

Destaca-se ainda a ausência destas disciplinas em uma das instituições estudadas.

5. CONCLUSÃO

Este estudo foi realizado com o objetivo de identificar de que forma as principais Instituições de Ensino Superior da Grande Florianópolis estão preparando os acadêmicos para a era digital da contabilidade. Após analise nas grades curriculares e ementas, foram evidenciadas as disciplinas, que tinham por foco, abordar os temas relacionados às atividades de elaboração da contabilidade digital. Constatou-se que mesmo com 90% das universidades ofertando alguma disciplina que envolva contabilidade digital, não é possível afirmar que as ementas são capazes de atender os objetivos, visto que as mesmas são amplas e nenhuma é explicita quanto ao tema contabilidade digital, tão pouco o atendimento das obrigações acessórias exigidas no contexto digital.

Destarte podemos afirmar acerca da necessidade de disciplinas mais específicas para o projeto SPED, com função de preparar o acadêmico para o uso destas ferramentas, bem como estimula-los a utiliza-las como ferramenta de auxílio na tomada de decisão e de gestão estratégica dos negócios das empresas clientes, bem como a do próprio escritório.

O Presente estudo obteve uma amostra de 10 universidades que atuam na região da Grande Florianópolis, conseguindo obter de maneira eficiente as informações necessárias diretamente nos sites de cada instituição, e alcançando o objetivo proposto no estudo concretizado.

Como indicações de futuros estudos, sugerem-se pesquisas voltadas para a verificação do alinhamento entre as disciplinas ofertadas pelas instituições e a execução das tarefas, aplicando por meio de questionário dirigido aos egressos das instituições. Indicam-se também estudos referentes ao desenvolvimento de estratégias a partir das exigências do programa de escrituração digital.

REFERÊNCIAS

ANHANGUERA, FACULDADE ANHANGUERA**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: < http://cms.anhanguera.com/storage/web_aesa/g_cadastro_apo

io/g_curso_graduacao/cienciascontabeis.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital.** São Paulo: IOB, 2009.

BM, FACULDADE BORGES DE MENDONÇA**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: < http://www.bm.edu.br/wp-content/uploads/2011/07/Matriz-curricular1.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital.** Disponível em: <http://www1.receita fazendo.gov.br/sistemas/sped-contabil/default.htm>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL, **DECRETO Nº 6.022, DE 22 DE JANEIRO DE 2007.** Disponível em: < **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm**> Acesso em 07/06/2016.

BRASIL, **DECRETO nº. 107, de 23 de maio de 2008**. Departamento Nacional do Registro do Comércio através da Instrução Normativa Dnrc. Disponível em:< http://sijut.fazenda.gov.br/netacgi/nph-brs?s1=IN000001072008052301$.CHAT.%20E%20D NRC.ORGA.&l=0&p=1&u=/netahtml/Pesquisa.htm&r=0&f=S&d=SIAT&SECT1=SIATW3>. Acesso em: 07/06/2016.

BRASIL, **DECRETO nº. 787, de 19 de novembro de 2007.** Instrução Normativa. Disponível em:< http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=48709&visao=ano
tado>. Acesso em: 07/06/2016.

BRASIL, **LEI Nº 5.172,** DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. Artigo nº 113 do Código Tributário Nacional - Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm >. Acesso em: 07/06/2016.

BRASIL, Receita Federal do, SPED. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.cov.br/sistema/spedcontabil/default.htm.> Acesso em 30 Abr. 2016.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. In: **Sistema Público de Escrituração Digital.** Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRITZ, C.M; SANTANA, A.F.B; LUNKES, C.A. **Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos gestores das cooperativas agropecuárias catarinenses sobre os prováveis benefícios produzidos com a sua implantação.** ABCustos: Revista da Associação Brasileira de Custos. v. 5, n.3, set./dez. 2010. Disponível em: < www.unisinos.br/abcustos/_pdf/187.pdf > Acesso em: 20 fev. 2016.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008

DRUCKER, Peter. **Além da revolução da informação.** HSM Management. São Paulo: Savana, ano 3, n. 18, janeiro-feveireiro 2000.

DUARTE, roberto dias. **Contabilidade: novo empreendedorismo**. 2013. Disponível em <http://www.robertodiasduarte.com.br/> . Acesso em 12 jun. 2016.

ESTÁCIO, UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: < http://portal.estacio.br/graduacao/ciencias-contabeis>. Acesso em: 04 out. 2016.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Legislação Tributária**. 9 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IES, INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: < http://www.ies.edu.br/ensino/graduacao/tradicionais/ciencias_contabeis.asp>. Acesso em: 04 out. 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa.** Brasília: O Autor, 2013.

REIS, A. de J.; SILVA, S. L. **A história da contabilidade no Brasil.** Disponível em: < http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299>. Acesso em: 20 jun. 2016

ROCHA, Juliana Ferreira Pinto. **As obrigações acessórias e as sansões políticas**. Revista Diálogo e Interação – FACCREI/ FACED, Cornélio Procópio, v. 2, 2009. 13 p. Disponível em: < http://www.faccrei.edu.br/dialogoeinteracao/>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. São Paulo: Bookman, 2000.

UFSC, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: < http://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=317>. Acesso em: 04 out. 2016.

UNIASSELVI, CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: < http://www.grupouniasselvi.com.br/Paginas/Detalhes-do-Curso.aspx?CD=163&Curso=CiEncias%20ContAbeis>. Acesso em: 04 out. 2016.

UNISOCIESC, UNIVERSIDADE SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: < http://unisociesc.org.br/pt/cursos-graduacao/conteudo.php?tipo=curso&id=727&mnu=1111&crs=104&top=0>. Acesso em: 04 out. 2016.

UNISUL, UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: < https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/download/web/portal/manuais_de_cursos/manual_grad_ciencias_contabeis.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

UNIVALI, UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: <http://www.univali.br/ensino/graduacao/ceciesa-gestao/cursos/ciencias-contabeis/ciencias-contabeis-biguacu/matriz-curricular/Paginas/Default.aspx>. Acesso em: 04 out. 2016.

USJ, CENTRO UNIVERSITARIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**. Ementa da Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: <http://usj.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/Doc01___EMENTARIO_CURRICULAR_DO_CCO___2015.pdf>. Acesso em: 04 out. 2016.

YOUNG, L. H. B. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá,2009.